

CORPO-TERRITÓRIO E APOIO MÚTUO: PRÁTICAS DE (RE)EXISTÊNCIA NO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO

BODY-TERRITORY AND MUTUAL AID: PRACTICES OF (RE)EXISTENCE IN
THE MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO

Giovanna Casé Nutti²³

Resumo

Este artigo analisa as práticas de apoio mútuo desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Olga Benario a partir do diálogo entre a noção de Abya Yala e os feminismos decoloniais. Partindo de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental, o estudo mobiliza contribuições teóricas sobre epistemologias do Sul, colonialidade e corpo-território, articulando-as com a análise de materiais produzidos pelo próprio movimento e por pesquisas acadêmicas sobre sua atuação. Argumenta-se que, embora o movimento se defina a partir de um feminismo marxista e classista, suas práticas concretas — como a organização de casas de acolhimento, ocupações urbanas e redes de solidariedade — produzem formas de organização da vida que extrapolam esse enquadramento teórico. Nesse sentido, o apoio mútuo é interpretado não como uma resposta contingencial à ausência do Estado, mas como uma prática de (re)existência que articula corpo, território e sobrevivência. As ocupações urbanas, em particular, são analisadas como expressões da noção de corpo-território, ao constituírem espaços de proteção, autonomia e produção coletiva da vida em contextos marcados pela violência de gênero e pela precariedade das políticas públicas. Conclui-se que essas práticas evidenciam a centralidade do apoio mútuo na construção de alternativas às formas hegemônicas de organização social, contribuindo para o debate sobre feminismos decoloniais em Abya Yala.

Palavras-chave: Apoio-mútuo; Corpo-território; Abya Yala.

Abstract

This article analyzes the mutual aid practices developed by the Movimento de Mulheres Olga Benario through the lens of Abya Yala and decolonial feminisms. Based on a qualitative approach grounded in bibliographic review and documentary analysis, the study engages with theoretical contributions on Southern epistemologies, coloniality, and body-territory, articulating them with materials produced by the movement itself as

²³ Mestranda em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisadora bolsista do Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG/UFABC). E-mail: giovanna.nutti@ufabc.edu.br

well as academic research on its activities. It argues that, although the movement defines itself within a Marxist and class-based feminist framework, its concrete practices — such as the organization of shelters, urban occupations, and solidarity networks — generate forms of social organization that exceed this theoretical framing. In this sense, mutual aid is understood not as a contingent response to the absence of the state, but as a practice of (re)existence that connects body, territory, and survival. Urban occupations, in particular, are analyzed as expressions of the body-territory concept, as they constitute spaces of protection, autonomy, and collective life-making in contexts marked by gender-based violence and insufficient public policies. The article concludes that these practices highlight the centrality of mutual aid in building alternatives to hegemonic forms of social organization, contributing to broader debates on decolonial feminisms in Abya Yala.

Keywords: Mutual aid; Body-territory; Abya Yala.

Introdução

A noção de Abya Yala, oriunda da língua do povo Kuna e frequentemente traduzida como “terra viva” ou “terra em florescimento”, tem sido mobilizada por povos originários como uma recusa política à nomenclatura “América” e às formas de conhecimento que a sustentam. Mais do que uma designação geográfica, o termo expressa a construção de um horizonte de pertencimento e unidade entre diferentes povos do continente, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de uma produção de conhecimento situada, capaz de romper com a colonialidade do poder e com a centralidade das epistemologias eurocêtricas (Silva, 2019). Nesse sentido, Abya Yala pode ser compreendida como uma chave epistêmica que tensiona os modos hegemônicos de interpretar a realidade social, deslocando o foco para experiências historicamente subalternizadas.

Essa perspectiva encontra ressonância no que Santos (2011) denomina epistemologias do Sul, entendidas como processos de valorização de saberes produzidos por grupos que vivenciam, de forma sistemática, os efeitos das desigualdades geradas pelo capitalismo e pelo colonialismo. Longe de se restringir a uma localização geográfica, o “Sul” constitui uma metáfora das experiências de sofrimento e resistência que atravessam diferentes contextos sociais, incluindo aqueles situados no Norte global. Tal deslocamento permite reconhecer que práticas sociais frequentemente

marginalizadas — ou interpretadas como respostas contingenciais à ausência estatal — podem, na realidade, expressar formas próprias de organização da vida e de produção de conhecimento.

No campo dos feminismos decoloniais, essa inflexão é aprofundada a partir da compreensão de que as opressões de gênero, raça, sexualidade e classe não operam como categorias isoladas, mas como processos históricos que produzem sujeitos e desigualdades de maneira articulada. Como argumenta Curiel (2020), não se trata apenas de nomear identidades, mas de compreender as condições que produzem a racialização, a sexualização e o empobrecimento de determinados corpos. Esse deslocamento analítico permite compreender que as experiências concretas de violência e resistência constituem também espaços de produção de saber e de reorganização das relações sociais.

É a partir desse enquadramento que se propõe um deslocamento adicional: compreender Abya Yala não apenas como uma referência identitária ou restrita aos povos originários, mas como uma lente analítica capaz de iluminar práticas contemporâneas que emergem em contextos marcados pela colonialidade. Nesse sentido, práticas de apoio mútuo entre mulheres — como aquelas desenvolvidas em territórios urbanos brasileiros — podem ser interpretadas não apenas como respostas à precariedade institucional, mas como formas de organização coletiva que articulam cuidado, território e sobrevivência.

O Movimento de Mulheres Olga Benário, fundado em 2011 a partir da articulação internacional de mulheres e estruturado em torno de um feminismo marxista e classista, constitui um caso particularmente relevante para essa análise. Voltado à organização de mulheres trabalhadoras e ao enfrentamento da violência de gênero, o movimento atua por meio de práticas como a criação de casas de acolhimento, a realização de ocupações urbanas e a construção de redes de apoio e formação política, muitas vezes suprimindo lacunas deixadas pelo poder público (Olivera; Souza; Moraes, 2026). Embora sua formulação teórica esteja ancorada na crítica ao capitalismo como estrutura fundamental da opressão de gênero, suas práticas concretas revelam formas de organização da vida que extrapolam esse enquadramento, aproximando-se de lógicas

baseadas na interdependência, na territorialidade e na produção coletiva da sobrevivência.

Partindo dessa tensão, este artigo argumenta que as práticas de apoio mútuo desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Olga Benario podem ser interpretadas como expressões contemporâneas de uma racionalidade política que dialoga com as epistemologias de Abya Yala. Ao articular uma leitura decolonial com a análise de experiências concretas, busca-se demonstrar que tais práticas não apenas enfrentam a violência de gênero, mas também produzem formas alternativas de organização social que desafiam as fronteiras entre Estado, mercado e comunidade, evidenciando o apoio mútuo como uma prática central de (re)existência.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram mobilizados aportes dos feminismos decoloniais e das epistemologias do Sul, bem como materiais produzidos sobre e pelo Movimento de Mulheres Olga Benario, incluindo artigos acadêmicos e sua cartilha institucional. A análise articula esses referenciais teóricos à interpretação das práticas desenvolvidas pelo movimento. O artigo está estruturado em três seções analíticas, além desta introdução e das considerações finais: na primeira, discute-se a noção de Abya Yala em diálogo com os feminismos decoloniais e o conceito de corpo-território; na segunda, analisa-se o apoio mútuo como prática de (re)existência; por fim, examina-se o caso do Movimento de Mulheres Olga Benario, com ênfase em suas práticas de acolhimento, ocupação urbana e organização coletiva.

Abya Yala, feminismos decoloniais e corpo-território

A noção de Abya Yala, ao se constituir como uma alternativa à denominação “América”, opera como uma crítica direta à pretensão universalista das epistemologias eurocêntricas, evidenciando que os processos de produção de conhecimento estão historicamente situados e atravessados por relações de poder. Ao afirmar um nome próprio para o continente, povos originários não apenas reivindicam pertencimento

territorial, mas também instauram uma ruptura simbólica com a colonialidade, deslocando o eixo interpretativo para experiências e racionalidades historicamente subalternizadas (Silva, 2019). Nesse sentido, Abya Yala não se limita a um marcador identitário, mas constitui uma chave analítica que permite tensionar os fundamentos da modernidade ocidental e suas categorias universais.

Essa crítica é aprofundada no âmbito dos feminismos decoloniais, que evidenciam como a colonialidade do poder se articula de forma indissociável às hierarquias de gênero, raça e sexualidade, estruturando desigualdades que se reproduzem tanto em nível material quanto simbólico (Curiel, 2020; Lugones, 2020). Ao deslocar a análise de categorias fixas para processos históricos, essa perspectiva permite compreender que as opressões não são fenômenos isolados, mas dimensões constitutivas de um mesmo sistema de dominação, no qual a racialização, a sexualização e a exploração econômica operam de forma integrada. Tal abordagem rompe com leituras fragmentadas da realidade social, ao enfatizar que as experiências vividas por mulheres em contextos periféricos não podem ser compreendidas fora das dinâmicas coloniais que as produzem.

Nesse quadro, a noção de corpo-território emerge como um conceito central para compreender a imbricação entre as dimensões materiais e simbólicas da vida social. Elaborada a partir das experiências e formulações políticas de mulheres indígenas e camponesas latino-americanas, essa noção parte do princípio de que os corpos não podem ser dissociados dos territórios que habitam, uma vez que ambos são simultaneamente alvo de exploração e espaços de resistência (Silva, 2019). Trata-se, portanto, de uma categoria que desloca a separação moderna entre sujeito e espaço, evidenciando que as violências que incidem sobre os corpos femininos — sejam elas físicas, econômicas ou simbólicas — encontram correspondência nas formas de expropriação territorial. Ao mesmo tempo, aponta que as práticas de defesa da vida se dão por meio da articulação entre corpo e território, configurando estratégias coletivas de resistência e (re)existência.

A partir dessa articulação, torna-se possível compreender o apoio mútuo não como uma prática secundária ou meramente reativa, mas como uma forma de

organização da vida que conecta corpo, território e sobrevivência. Em contextos marcados pela precarização das condições de existência, redes de apoio entre mulheres constituem estratégias coletivas que garantem não apenas a proteção imediata diante da violência, mas também a reprodução cotidiana da vida (Santos, 2011; Curiel, 2020). Ao mobilizar práticas de cuidado, acolhimento e solidariedade, essas redes produzem territórios sociais nos quais a vida pode ser sustentada de maneira coletiva, desafiando as fronteiras entre o público e o privado e tensionando a centralidade do Estado e do mercado como mediadores exclusivos da proteção social.

Desse modo, ao articular a noção de Abya Yala com os aportes dos feminismos decoloniais, o apoio mútuo pode ser interpretado como uma prática de (re)existência que não apenas responde às condições de vulnerabilidade, mas também institui formas alternativas de organização social. Trata-se, portanto, de reconhecer que, nos contextos de Abya Yala, a produção da vida coletiva se dá por meio de práticas que articulam corpo e território, configurando uma racionalidade política própria, enraizada na interdependência e na resistência às múltiplas dimensões da colonialidade. É a partir dessa compreensão que se torna possível aprofundar o debate sobre o apoio mútuo não apenas como estratégia de enfrentamento, mas como forma constitutiva de produção e sustentação da vida coletiva.

Apoio mútuo como prática de (re)existência

A compreensão do apoio mútuo como prática de (re)existência implica deslocá-lo de interpretações que o reduzem a uma resposta emergencial diante da ausência ou insuficiência do Estado. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, redes de apoio entre mulheres são frequentemente enquadradas como formas de solidariedade pontual ou como estratégias paliativas de sobrevivência. No entanto, à luz das epistemologias do Sul, tais práticas podem ser compreendidas como expressões de formas próprias de organização social, produzidas por grupos que historicamente vivenciam os efeitos combinados do capitalismo e do colonialismo (Santos, 2011).

Nessa perspectiva, o apoio mútuo não se limita à esfera da assistência, mas se configura como um conjunto de práticas que sustentam a reprodução da vida em suas múltiplas dimensões. Ao mobilizar redes de cuidado, acolhimento e proteção, mulheres em contextos de vulnerabilidade constroem arranjos coletivos que garantem condições mínimas de existência, ao mesmo tempo em que produzem vínculos sociais e políticos que extrapolam a lógica individualizante dominante. Trata-se, portanto, de reconhecer que a sobrevivência cotidiana — frequentemente invisibilizada — constitui um campo central de disputa, no qual se articulam práticas de resistência e criação.

Essa dimensão cotidiana é fundamental para compreender o caráter político do apoio mútuo. Ao contrário de uma leitura que associa política exclusivamente às instituições formais, essas práticas evidenciam que a organização da vida social se dá também em espaços informais e comunitários, nos quais se produzem alternativas concretas às formas hegemônicas de mediação social. Nesse sentido, o apoio mútuo pode ser entendido como uma prática que tensiona as fronteiras entre o público e o privado, ao politizar atividades historicamente atribuídas ao âmbito doméstico, como o cuidado e a reprodução da vida.

Ao ser articulado à noção de corpo-território, o apoio mútuo revela ainda sua dimensão espacial, na medida em que essas redes não operam de forma abstrata, mas se enraízam em territórios específicos, produzindo espaços de proteção e pertencimento. A construção de vínculos entre mulheres, nesse contexto, não apenas responde a situações de violência, mas também institui territórios sociais nos quais novas formas de existência podem emergir. Assim, o apoio mútuo conecta corpo e território ao produzir condições materiais e simbólicas para a sustentação da vida coletiva, especialmente em contextos em que as estruturas institucionais se mostram insuficientes ou excludentes (Silva, 2019; Santos, 2011).

Dessa forma, compreender o apoio mútuo como prática de (re)existência implica reconhecê-lo como uma forma de produção de mundo, e não apenas como mecanismo de resposta à precariedade. Ao articular cuidado, solidariedade e organização coletiva, essas práticas não apenas enfrentam as múltiplas dimensões da violência, mas também constroem alternativas concretas às formas dominantes de organização social. É nesse

sentido que o apoio mútuo se apresenta como uma chave interpretativa fundamental para a análise de experiências contemporâneas, permitindo evidenciar como, em diferentes contextos de Abya Yala, mulheres não apenas resistem às condições que lhes são impostas, mas produzem, cotidianamente, formas outras de existência. É precisamente a partir dessa chave de leitura que se torna possível analisar, de maneira situada, as práticas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Olga Benario.

O Movimento de Mulheres Olga Benario: apoio mútuo, ocupação e produção de território

O Movimento de Mulheres Olga Benario foi fundado em 2011, a partir de articulações internacionais que reuniram mulheres de diferentes países em torno da construção de uma agenda feminista de caráter classista. Estruturado em coordenadorias e núcleos distribuídos em diversas regiões do Brasil, o movimento se orienta por uma perspectiva marxista, compreendendo a opressão de gênero como intrinsecamente vinculada às relações de exploração próprias do sistema capitalista (Oliveira; Souza; Moraes, 2026; Cegatti, 2019; Mustafa; Tommasi, 2018). Nesse sentido, suas reivindicações não se restringem à ampliação de políticas públicas de enfrentamento à violência, mas incluem a defesa de transformações estruturais que possibilitem a superação das desigualdades de gênero em articulação com a luta de classes.

No plano das práticas, entretanto, o movimento desenvolve uma série de iniciativas que operam diretamente na sustentação da vida cotidiana de mulheres em situação de violência. Entre elas, destacam-se a criação de casas de acolhimento, a realização de formações políticas, a promoção de redes de solidariedade e a atuação em espaços institucionais, como unidades de saúde, onde militantes estabelecem contato direto com mulheres em situação de vulnerabilidade. Essas ações, ao mesmo tempo em que tensionam a insuficiência das políticas públicas existentes, constroem formas concretas de apoio que extrapolam a lógica institucional, configurando redes baseadas na proximidade, na escuta e na continuidade do cuidado (Movimento de Mulheres Olga Benario, 2025).

Entre essas práticas, as ocupações urbanas assumem um papel central. Realizadas em diferentes regiões do país desde 2016, elas consistem na apropriação de imóveis ociosos para a criação de espaços de acolhimento e organização coletiva voltados a mulheres em situação de violência (Oliveira; Souza; Moraes, 2026). Mais do que ações de denúncia ou pressão política, essas ocupações instauram territórios nos quais se materializam formas alternativas de habitar, baseadas na coletivização do cuidado e na reconstrução de vínculos sociais. Ao transformar espaços abandonados em casas de referência, o movimento não apenas confronta a lógica da propriedade privada, mas também redefine os usos do espaço urbano a partir das necessidades concretas das mulheres.

É nesse contexto que as ocupações podem ser interpretadas como expressões da noção de corpo-território, na medida em que articulam a defesa da vida das mulheres à reapropriação concreta do espaço urbano. Ao estabelecer Casas de Referência em imóveis anteriormente ociosos, o movimento cria espaços que não apenas acolhem mulheres em situação de violência — seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou digital —, mas também promovem processos de reconstrução de autonomia por meio de formações políticas, cursos profissionalizantes e atividades coletivas voltadas à produção de renda e fortalecimento de vínculos sociais (Mustafa; Tommasi, 2018; Oliveira; Souza; Moraes, 2026). Essas iniciativas operam, portanto, em uma dupla dimensão: ao mesmo tempo em que respondem a situações imediatas de vulnerabilidade, produzem condições para a sustentação da vida no médio e longo prazo.

A centralidade dessas práticas torna-se ainda mais evidente quando se consideram os limites concretos das políticas públicas existentes. Em diversos contextos, o atendimento institucional às mulheres em situação de violência é restrito, fragmentado ou insuficiente — como no caso de delegacias especializadas que funcionam apenas em horários comerciais, deixando desassistidas mulheres que necessitam de acolhimento em períodos noturnos ou emergenciais. Nesse cenário, as ocupações e Casas de Referência passam a operar como espaços de refúgio e continuidade do cuidado, garantindo proteção em momentos nos quais o aparato estatal se mostra ausente ou incapaz de responder à urgência das situações vividas.

A experiência da Casa Abrigo Tina Martins, inaugurada em 2016 a partir da ocupação de um prédio público sem função social em Belo Horizonte, ilustra de maneira expressiva essa dinâmica. Organizada no contexto do Dia Internacional das Mulheres, a ocupação articulou reivindicações que iam desde a ampliação de políticas públicas — como delegacias especializadas e atendimento jurídico e psicológico — até a construção de espaços autônomos de acolhimento. Em poucos anos de funcionamento, a casa acolheu diretamente mais de mil mulheres e impactou milhares de outras de forma indireta, sobretudo mulheres negras, trabalhadoras e periféricas, evidenciando a capacidade dessas iniciativas de produzir respostas concretas a demandas urgentes (Oliveira; Souza; Moraes, 2026).

A manutenção desses espaços ocorre, em grande medida, por meio do trabalho voluntário de militantes e de redes de apoio que envolvem profissionais de diferentes áreas, como psicologia, assistência social e direito, além de doações e campanhas de financiamento coletivo (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2025). Nesse sentido, a sustentação desses espaços evidencia a centralidade da interdependência como princípio organizador, em contraste com a lógica individualizante predominante. Ademais, as Casas de Referência não apenas acolhem, mas também produzem formas de organização baseadas na autogestão e na solidariedade, nas quais o cuidado se torna uma prática coletiva e politizada. Além disso, ao nomear essas casas em homenagem a mulheres que marcaram a história de luta e resistência, o movimento inscreve a memória como dimensão constitutiva do território, conectando passado e presente na produção de sentido dessas experiências.

Para além do acolhimento, essas casas também desempenham um papel ativo na denúncia e visibilização da violência de gênero. Em diferentes territórios, militantes utilizam redes sociais e ações públicas para expor casos de feminicídio e violência, contribuindo para a construção de memória coletiva e para a pressão por respostas institucionais. Ao mesmo tempo, desenvolvem atividades como cozinhas coletivas, bazares, hortas e oficinas, que reforçam a autonomia econômica das mulheres e ampliam as possibilidades de permanência nos espaços de acolhimento (Oliveira; Souza; Moraes, 2026).

As ocupações também se configuram como práticas políticas que tensionam diretamente a lógica da propriedade privada e da produção capitalista do espaço urbano. Ao se apropriar de imóveis que não cumprem função social, o movimento não reivindica necessariamente a propriedade desses espaços, mas sua destinação para fins de interesse coletivo, especialmente no atendimento a mulheres em situação de violência (Cegatti, 2019). Dessa forma, a permanência nas ocupações se constitui tanto como estratégia de visibilidade quanto como forma de pressão política, evidenciando a insuficiência das políticas públicas e a urgência de respostas institucionais mais efetivas.

Experiências como a Ocupação de Mulheres Rayana Alves, em Belém, reforçam essa dimensão ao evidenciar como a organização coletiva emerge em contextos de intensificação da violência urbana e de gênero. Criada em 2022 em um imóvel sem função social, a ocupação articula acolhimento, formação política e prestação de serviços gratuitos, como atendimento jurídico, psicológico e médico, além de atividades culturais e educativas (Oliveira; Rodrigues, 2025). Estruturada a partir da autogestão e do apoio de redes solidárias, a iniciativa demonstra como o apoio mútuo se materializa na produção de territórios urbanos que possibilitam não apenas a sobrevivência, mas também a construção de autonomias e formas coletivas de existência.

Portanto, as práticas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Olga Benário evidenciam que o apoio mútuo, quando analisado em sua materialidade, ultrapassa a condição de resposta emergencial e se constitui como uma forma de organização social enraizada no território. Ao articular acolhimento, denúncia, formação e produção de autonomia, essas iniciativas produzem espaços nos quais corpo e território se entrelaçam, configurando práticas que, embora inscritas em uma tradição marxista, dialogam com as epistemologias de Abya Yala ao afirmar a interdependência como princípio organizador da vida coletiva. É a partir dessa articulação que se pode compreender o apoio mútuo não apenas como prática localizada, mas como expressão de uma racionalidade política mais ampla, cuja potência reside na capacidade de produzir alternativas concretas às formas hegemônicas de organização social.

Conclusão

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que o apoio mútuo, quando analisado a partir das epistemologias de Abya Yala e dos feminismos decoloniais, não pode ser reduzido a uma prática assistencial ou a uma resposta circunstancial à ausência do Estado. Ao contrário, trata-se de uma forma de organização da vida que articula corpo, território e coletividade, constituindo uma racionalidade política própria, enraizada nas experiências históricas de grupos subalternizados. Nesse sentido, a noção de Abya Yala foi mobilizada não como um marcador identitário restrito, mas como uma chave analítica capaz de iluminar práticas contemporâneas que emergem em contextos marcados pela colonialidade.

A análise do Movimento de Mulheres Olga Benário permitiu evidenciar como essas dinâmicas se materializam no contexto urbano brasileiro. Ainda que o movimento se defina a partir de um feminismo marxista e classista, suas práticas concretas — como a criação de Casas de Referência, a organização de ocupações urbanas e a construção de redes de apoio — produzem formas de existência que extrapolam esse enquadramento teórico, aproximando-se de lógicas baseadas na interdependência, na territorialidade e na produção coletiva da vida. Assim, mais do que tensionar a autodefinição do movimento, a análise proposta evidencia que diferentes matrizes críticas podem convergir na interpretação de práticas que emergem da urgência da sobrevivência cotidiana.

Nesse processo, as ocupações e redes de acolhimento analisadas revelam que o apoio mútuo opera simultaneamente como prática de resistência e de criação. Ao mesmo tempo em que enfrentam a violência de gênero e a insuficiência das políticas públicas, essas iniciativas produzem territórios nos quais novas formas de organização social se tornam possíveis. Trata-se, portanto, de deslocar a leitura dessas experiências do campo da falta — ausência estatal, precariedade, vulnerabilidade — para o campo da potência, reconhecendo-as como espaços de produção de autonomia, memória e pertencimento.

Dessa forma, argumenta-se que o apoio mútuo, em contextos de Abya Yala, constitui uma prática central de (re)existência, na medida em que sustenta a vida coletiva e reconfigura as relações entre corpo e território. Ao evidenciar como mulheres organizadas não apenas resistem, mas produzem cotidianamente formas outras de viver e habitar o mundo, este artigo contribui para o debate sobre as possibilidades de construção de alternativas às formas hegemônicas de organização social, destacando a centralidade das práticas comunitárias na produção de futuros possíveis.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEGATTI, Amanda Carolina. As ocupações do Movimento Olga Benário e a Desobediência Civil Feminista. *Movimentação*, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 80–95, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

Movimento de Mulheres Olga Benario. *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario*. 4. ed. São Paulo: publicação independente, jun. 2025.

MUSTAFA, Isis; TOMMASI, Livia de. Mulheres e a Luta por Casa de Referência: A experiência do Movimento de Mulheres Olga Benario e o CRM Helenira Preta. *ÍANDÉ : Ciências e Humanidades*, São Bernardo do Campo (SP), v. 2, n. 1, p. 27–41, 2018.

OLIVEIRA, Carolinne Monteiro de; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Mulheres na luta pelo direito à cidade: resistências territoriais do Movimento de Mulheres Olga Benário em Belém-PA. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e1373, 2025.

OLIVEIRA, Isabela Baptista Moraes Arruda de; SOUZA, Joseane de; MORAES, Mayara Xavier. Do Caso Ângela Diniz Às Ocupações De Mulheres: Feminismo Classista, Políticas públicas E O Direito À Cidade Em Cabo Frio. *International Scientific Journal*, [s. l.], v. 21, p. 114-129, 25 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura de Souza. Epistemologías del Sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 54, jul-set. 2011, p. 17 – 39.

SILVA, Márcia Alves da. Construindo uma epistemologia feminista descolonial em Abya Yala: narrativas de mulheres camponesas do MST. In: SILVA, Márcia Alves da; ROSA, Graziela Rinaldi da (org.). *Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 180-198.